

## **IAOD da Deputada Lei Cheng I em 21.11.2024**

### **Integração dos recursos para reforçar o apoio às pessoas portadoras de deficiência e aos seus cuidadores**

Segundo a estratégia principal do “Planeamento dos Serviços de Reabilitação da Região Administrativa Especial de Macau para o Próximo Decénio (2016–2025)”, Macau deve proporcionar mais oportunidades para a participação plena das pessoas portadoras de deficiência na sociedade, promover a cooperação intersectorial para proporcionar um ambiente sem barreiras, e reforçar a capacidade das pessoas portadoras de deficiência e dos cuidadores. O Governo tem, de facto, aumentado os cuidados e o apoio às pessoas portadoras de deficiência, e espero que os serviços competentes continuem a estudar e a reforçar o investimento de recursos para melhor atender às necessidades destas pessoas.

Nos últimos anos, aumentou o número de pessoas com cartão de registo de avaliação da deficiência e, no 3.º trimestre deste ano, aumentou para cerca de 20 mil, mais do dobro do registado em 2015. Segundo as autoridades, o planeamento da próxima fase vai focar-se em três factores principais: a tecnologia inteligente, a construção sem barreiras e o ambiente social inclusivo. Na minha opinião, o Governo deve continuar a reforçar os recursos dos serviços sociais, o apoio aos cuidadores e o desenvolvimento profissional das pessoas portadoras de deficiência.

Primeiro, o Governo deve rever, atempadamente, a eficácia e o nível de apoio do subsídio para cuidadores. Em Novembro de 2020, o Governo lançou o Projecto-Piloto do Subsídio para Cuidadores, que passou a permanente há quase um ano, e até finais de Abril, beneficiaram deste apoio 260 famílias. Segundo o Governo, até ao momento, não existe qualquer plano para alterar ou redefinir o Regulamento de Atribuição do Subsídio para Cuidadores, no entanto, são apenas quatro os tipos de destinatários, cuidadores de indivíduos portadores de deficiência grave ou profunda, os que se encontrem permanentemente acamados, etc., e o valor não é elevado, e há famílias com necessidades que não conseguem obter apoio adequado. O Governo deve rever os requisitos para a atribuição do subsídio para cuidadores, alargando e aumentando, gradualmente, o âmbito dos beneficiários.

Segundo, o Governo deve estudar e avaliar as alterações dos rendimentos e das despesas das famílias em situação vulnerável, como os portadores de deficiência e as famílias com duplo envelhecimento, nomeadamente, rever o nível da pensão de invalidez e da pensão para idosos que não são actualizadas desde 2020. Espera-se que o Governo reveja o respectivo mecanismo de ajustamento e concretize a visão do Chefe do Executivo eleito, Sam Hou Fai, em relação à política de benefícios sociais para os grupos sociais fragilizados e os grupos com baixos rendimentos.

Terceiro, o Governo deve reforçar os serviços de descanso dos cuidadores; reforçar os conhecimentos sobre a prestação de cuidados aos portadores de deficiência física e mental, às famílias com duplo envelhecimento, e aos cuidadores; reforçar os serviços de acolhimento temporário; criar um sistema para consulta das vagas de alojamento urgente; criar uma página electrónica para cuidadores e um mapa dos respectivos serviços; e criar

uma linha aberta de apoio durante 24 horas, a fim de melhor integrar os recursos e serviços do Governo e da sociedade civil.

4. Desde que o Regulamento Administrativo sobre o Plano do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho para trabalhadores portadores de deficiência entrou em vigor há três anos, a DSAL recebeu 304 pedidos, dos quais 290 satisfizeram os requisitos para a atribuição do subsídio, e os requerentes, na sua maioria, trabalham nos sectores dos serviços de segurança e de limpeza, da manufactura, da beleza, da venda a retalho e da acção social. O Governo deve incentivar ainda mais as empresas a contratarem portadores de deficiência e dar mais apoio ao seu emprego, por exemplo, organizar mais sessões de conjugação de emprego para estas pessoas, prestar mais atenção à sua situação laboral, otimizar as suas regalias e apoiá-los a participarem e a integrarem-se na sociedade.

5. Há que aperfeiçoar constantemente o ambiente e as instalações sem barreiras. Recentemente, o Comissariado da Auditoria (CA) divulgou um relatório sobre as “Instalações pedonais sem barreiras para pessoas com deficiência visual”, no qual se refere que os trabalhos realizados pelos grupos interdepartamentais do Governo ao nível do planeamento, execução e comunicação não são satisfatórios. Por isso, o Governo deve aprender com a experiência, e tendo em conta as sugestões do referido Comissariado, deve incentivar os diversos grupos de trabalho interdepartamentais a reverem e melhorarem os mecanismos existentes, para concretizar, de forma mais clara e precisa, o conteúdo do planeamento e reforçar, partindo do ponto de vista dos utentes, o apoio às deslocações sem barreiras dos portadores de deficiência, ajudando assim os grupos vulneráveis a integrarem-se melhor na sociedade, aumentando o seu sentimento de felicidade e a coesão social.

## **IAOD do Deputado Lei Chan U em 21.11.2024**

### **Grande Prémio de Macau como motor da Cidade do Desporto e do Centro Mundial de Turismo e Lazer**

O Grande Prémio de Macau, com 71 anos, terminou recentemente com um total de 101 mil espectadores durante os quatro dias. Apesar do tufão e da chuva durante o evento, a Comissão Organizadora ponderou, de forma dinâmica, e graças à colaboração de todas as partes envolvidas, as diversas corridas que cumpriram o tempo determinado e os objectivos esperados, o que é digno de reconhecimento.

O Grande Prémio de Macau é um dos mais antigos eventos desportivos locais com influência internacional. O Circuito da Guia, onde se realizam as corridas, é conhecido pela sua natureza desafiante e é reconhecido como um dos circuitos mais exigentes, atraindo muitos dos melhores pilotos do mundo a Macau. Durante décadas, o Grande Prémio tem sido o favorito dos pilotos profissionais e dos entusiastas das corridas, e as corridas típicas de carros e motos tornaram-no num acontecimento automóvel mundial com características únicas.

No Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2024, refere-se, pela primeira vez, a construção de Macau como "cidade desportiva", e o Chefe do Executivo afirmou que, todos os meses, serão realizadas, pelo menos, duas competições internacionais, com vista a criar uma marca desportiva com características de Macau, atraindo, assim, turistas de todo o lado. O Grande Prémio de Macau, evento emblemático de Macau, desempenha um papel importante e activo na construção da "cidade desportiva", contribuindo para aprofundar ainda mais a integração intersectorial do turismo + desporto, promovendo ainda a sinergia entre as indústrias relacionadas com o desporto e o turismo. Espero que o Governo continue a desenvolver a marca do Grande Prémio, a reforçar a comunicação e a cooperação com a FIA, a avaliar as condições de organização do evento e a trazer para Macau mais eventos, mais atractivos e mais populares, atraindo mais pilotos de excelência e elevando a marca e o valor comercial do Grande Prémio.

Mas, a agulha não tem duas pontas. O Grande Prémio atraiu muitos turistas, o que traz não só benefícios económicos e turísticos, mas também transtorno nas deslocações dos residentes e turistas. O Grande Prémio também provoca grandes engarrafamentos de trânsito, como todos sabemos. Ao longo dos anos, o Governo tem adoptado várias medidas para aliviar a pressão do trânsito durante o evento, tais como a divulgação de informações sobre o trânsito e sobre o encerramento das vias públicas e o desvio dos itinerários dos autocarros, com antecedência, para que os residentes e turistas possam planear com tempo as suas deslocações; a PSP também mobilizou muitos agentes para ajudar a regular o trânsito e manter a ordem e, terminadas as corridas, reabrir rapidamente as rodovias para encurtar o tempo de encerramento, etc., mas, os engarrafamentos continuam a existir, e algumas vias continuam muito congestionadas.

O Grande Prémio de Macau carrega memórias de várias gerações e faz parte da cultura da cidade. Espero que o Governo reúna todos os saberes, reveja e optimize as medidas

vigentes para aliviar a pressão do trânsito durante as corridas, por exemplo, os serviços públicos e as empresas com condições podem adoptar medidas de horário flexível de trabalho, usando a tecnologia actual para ajudar os residentes e turistas a planear, com rigor, os itinerários das suas deslocações, minimizando o impacto das corridas no trânsito, facilitando as deslocações dos residentes e turistas para que a sociedade continue a apoiar as corridas e a fazer brilhar o “cartão-de-visita dourado” do Grande Prémio.

## IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 21.11.2024

### **Políticas de habitação económica devem ser mais flexíveis e adaptáveis**

Há dias, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, fez na Assembleia Legislativa um balanço e uma retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos pelo Governo nos últimos cinco anos. O que merece o nosso reconhecimento é que, perante os sérios desafios trazidos pela epidemia de três anos, uma conjuntura de segurança na sequência das muitas mudanças no ambiente interno e externo, e a pressão económica, o V Governo teve sempre por base a população e, com o apoio do Governo Central e os esforços de todos os sectores da sociedade, da população em geral e de todos os funcionários públicos, ultrapassou, em conjunto, muitas dificuldades.

Ao mesmo tempo que fazia face à epidemia, o V Governo promoveu activamente o desenvolvimento económico, por isso a reserva financeira da RAEM registou um crescimento. Mais, foram alcançados resultados notáveis no âmbito da reforma da administração pública, da construção de uma cidade com condições ideais de habitabilidade, da integração no desenvolvimento nacional e da defesa da segurança nacional, o que cria uma boa base para toda a sociedade entrar numa nova era de desenvolvimento e merece amplo reconhecimento social.

É de salientar que o V Governo apresentou o conceito de “cinco classes de habitação” e, sob a orientação deste conceito, concretizou e promoveu eficazmente a respectiva política de habitação no prazo de cinco anos, em resposta às necessidades habitacionais dos diferentes residentes. Com o desenvolvimento contínuo da sociedade, as necessidades dos residentes em relação à habitação estão a mudar, por isso, nesta minha intervenção, dou especial atenção à flexibilidade e à adequação das futuras políticas de habitação. Espero que o novo Governo proceda a uma reflexão e ajustamento profundo, tendo em conta as necessidades sociais e os recursos existentes, para aumentar a mobilidade das cinco classes de habitação e permitir que todos os residentes de Macau tenham uma habitação mais adequada às suas necessidades, concretizando-se, assim e verdadeiramente, o sonho de viver feliz e trabalhar com alegria.

Por exemplo, nos termos da lei vigente, os residentes só têm uma oportunidade de adquirir uma habitação económica, e os candidatos individuais só se podem candidatar a fracções T1. Como não existe um mecanismo de “troca de fracções”, muitos residentes que adquiriram uma habitação na qualidade de agregado familiar só podem continuar a ficar nas fracções T1 ou T2, apesar de terem filhos. Estas situações destacam as insuficiências da política de habitação quanto à adaptação às mudanças da estrutura familiar e dificultam, sem dúvida, a apresentação de candidaturas por parte de jovens que querem constituir família.

Actualmente, existem planos para a oferta de habitação económica, que já está mais estável, e, tendo em conta as mudanças na oferta e na procura deste tipo de habitação, considero ser necessário ajustar e otimizar, atempadamente, a Lei da habitação económica. Em concreto, sugiro que se altere a actual forma de “dissolução dos grupos de candidatos”

após o termo de cada concurso, e que se crie um mecanismo de candidatura regular ou permanente, para as famílias que precisem de uma habitação poderem apresentar, atempadamente, as suas candidaturas.

Entretanto, se as condições o permitirem, há que criar um mecanismo de “troca de fracções” destinado aos agregados familiares que já compraram uma fracção, e aligeirar as restrições de candidatura, permitindo que os candidatos individuais se candidatem a fracções T2. Isto pode satisfazer melhor as necessidades habitacionais dos diferentes grupos e, ainda, demonstrar a flexibilidade e o carinho da política de habitação do Governo.

## IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 21.11.2024

### **Continuar a aproveitar as vantagens da Zona de Cooperação Aprofundada para desenvolver e formar quadros qualificados locais na área da ciência e tecnologia**

A indústria tecnológica está a desenvolver-se rapidamente em todo o mundo, tornando-se na principal força motriz do crescimento económico. A 3.ª Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista exige que “é necessário aperfeiçoar o sistema e o mecanismo para o desenvolvimento do novo modelo de produtividade com qualidade de acordo com as condições locais”, e fez um planeamento abrangente. Por isso, há que actualizar e reformular, em tempo oportuno, o sistema educativo local, para reforçar a educação científica e tecnológica, melhorar a formação profissional, e estudar bem as dinâmicas do desenvolvimento científico e tecnológico, a fim de prever as tendências futuras das indústrias. Só assim é que será possível articular eficazmente a educação com o emprego para formar quadros qualificados profissionais para a diversificação adequada de Macau.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

Primeiro, é preciso reforçar os resultados da pesquisa para realizar a transformação prioritária

Devemos implementar “a investigação e o desenvolvimento em Macau e a transformação em Hengqin” para promover a diversificação adequada “1+4”. No planeamento, há que mencionar a necessidade de apoiar a investigação científica e a transformação de resultados das instituições de ensino superior, bem como os estudos sobre o desenvolvimento nas áreas do design de *chips*, inteligência artificial, e ciências da saúde, entre outras. Assim, os Serviços de Economia e o Fundo para o Desenvolvimento das Ciências e da Tecnologia devem promover ainda mais a participação das empresas e instituições de ensino superior locais no “Plano de Financiamento para Investigação e Desenvolvimento Inovadores de Empresa” e no “Programa de Apoio Financeiro para Projectos-Chave de I&D”, reforçando a transformação e a formação prioritária de resultados que reúnam condições.

Segundo, há que melhorar as noções dos alunos e encarregados de educação sobre a tecnologia e o ensino técnico-profissional.

Macau está a reforçar a educação em programação e inteligência artificial através da revisão do “Quadro da Organização Curricular” e das “Exigências das Competências Académicas Básicas”, para promover o desenvolvimento da inteligência artificial. O Governo deve assumir a liderança na política educativa, trabalhar em conjunto com as escolas para fazer um bom planeamento de longo prazo, e deixar que as instituições civis desempenhem bem o papel de coordenação, a fim de reforçar a aceitação das especializações em tecnologia e do ensino técnico-profissional pela sociedade e criar um bom ambiente social para as indústrias emergentes.

Terceiro, desenvolver as vantagens da Zona de Cooperação Aprofundada e criar um novo centro de formação.

Recentemente, algumas associações criaram, na Zona de Cooperação Aprofundada, escolas de formação profissional destinadas aos jovens locais, oferecendo, sob a forma de centros de formação, novas acções de formação técnico-profissional para o desenvolvimento das indústrias naquela zona e para a diversificação adequada da economia de Macau, abrangendo as áreas do comércio electrónico, inteligência artificial, etc., com o objectivo de orientar a população para melhorar as suas competências profissionais. Com vista a responder às novas necessidades dos sectores, há que continuar a reforçar a colaboração entre as escolas de formação e as empresas tecnológicas e entre as empresas do sector do lazer e as escolas tradicionais, para criar modelos de formação e de estágio em conjugação com as necessidades reais das empresas e as práticas pedagógicas, ajudando a construir um círculo virtuoso para os alunos reforçarem as suas capacidades práticas.

Há que continuar a desenvolver as vantagens singulares da Zona de Cooperação Aprofundada, criar uma base de formação que valorize a educação científica e tecnológica e os cursos técnico-profissionais, desenvolver estudos dinâmicos, e apoiar o sector no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico. Mais, há que mudar a ideia dos alunos e encarregados de educação sobre o ensino técnico-científico e o ensino técnico-profissional, e dar mais importância à articulação entre os diferentes níveis de ensino, com vista a formar quadros qualificados locais para o desenvolvimento das indústrias.

## **IAOD do Deputado Zheng Anting em 21.11.2024**

### **Reforçar a reparação e substituição dos ascensores**

Os elevadores e escadas rolantes são indispensáveis para muitos residentes. Com o desenvolvimento e a urbanização, o número de ascensores tem aumentado e ultrapassou os 10 mil. A qualidade dos ascensores está directamente relacionada com a segurança dos utilizadores. Nos últimos anos, aconteceram com certa frequência casos de portas encravadas e quedas de elevadores, e avarias de escadas rolantes, o que deixa muitos residentes preocupados. Por isso, no dia 1 de Abril de 2024, o Governo implementou o Regime jurídico de segurança dos ascensores, que regula sistematicamente a respectiva instalação, utilização e manutenção, a fim de assegurar um funcionamento eficaz e seguro, e proteger a vida e a segurança dos utilizadores.

Porém, segundo muitos residentes, com a entrada em vigor da lei, estão a deparar-se com a lentidão e os custos elevados da manutenção e reparação, e as dificuldades na actualização dos equipamentos obsoletos, o que constitui um grande encargo económico e afecta as suas deslocações. Assim, espero que o Governo concretize, quanto antes, os trabalhos complementares, para assegurar a efectiva inspecção e reparação dos ascensores.

Na minha opinião, o Governo deve otimizar as respectivas medidas, através dos seguintes aspectos:

Primeiro, definição de uma “lista branca” para acelerar a apreciação e a autorização. Segundo a lei, depois da vistoria pela entidade responsável, há que efectuar obras de reparação ou substituição se os ascensores não satisfizerem os devidos requisitos. Segundo o sector, as obras em causa implicam a substituição, o aditamento e a reparação de peças e equipamentos, assim, é necessário inspecionar, apreciar e autorizar um por um, o que demora muito tempo, abrandando gravemente a reparação e manutenção dos ascensores. Os prédios em Macau só têm, na sua maioria, dois ascensores, e as obras de inspecção e manutenção implicam um longo tempo de suspensão dos mesmos, o que afecta as deslocações dos residentes no seu dia-a-dia. Assim, sugere-se que o Governo reforce a coordenação interserviços e dialogue com o sector, podendo efectuar uma prévia apreciação dos ascensores cujos equipamentos e peças precisam de ser substituídos, bem como incluir os equipamentos e peças, aprovados por esta apreciação, numa “lista branca”, a fim de simplificar as formalidades resultantes dos pedidos individuais, aumentando a eficiência das obras de reparação e manutenção dos ascensores, para reduzir o impacto nas deslocações dos residentes.

2. Acelerar os pedidos de apreciação e autorização referentes ao apoio financeiro e de crédito sem juros para reparação de edifícios, clarificando as respectivas condições para a substituição dos elevadores antigos. Segundo alguns proprietários de edifícios com mais de 20 e 30 anos, os elevadores dos seus edifícios são os mesmos desde a sua construção, e algumas peças dos elevadores estão praticamente fora da linha de produção, por isso, é difícil repará-los, e isso põe em risco a segurança dos utentes. Estes proprietários querem apresentar um pedido de apoio ao abrigo do Fundo de Reparação Predial, pois têm planos

para substituir os seus obsoletos elevadores por outros mais novos. No entanto, os pedidos de apoio através deste Fundo demoram vários meses para serem apreciados e autorizados, e muitos pedidos não são autorizados, mas os custos com a substituição dos elevadores variam entre as centenas de milhares até mais de um milhão de patacas, e isso constitui uma grande pressão económica para os proprietários dos edifícios mais antigos. Assim, espero que o Governo clarifique as condições e as instruções para o pedido de apoio financeiro e de crédito sem juros para reparação de edifícios, e espero que acelere a sua autorização, para atenuar os encargos económicos dos residentes, com vista a que eles possam substituir ou reparar os elevadores dos seus edifícios com a maior brevidade possível, e com isso garantir a segurança dos residentes.

## **IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 21.11.2024**

### **Inovar a educação do amor pela Pátria e por Macau**

Na 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foi mencionada a necessidade de inovar a educação patriótica e de criar um sistema de transmissão das virtudes tradicionais chinesas. O patriotismo é o núcleo do espírito nacional, e a excelente cultura tradicional chinesa gera riquezas espirituais e culturais. Sendo os jovens os futuros líderes do País e da RAEM, há que reforçar o sentido de identidade, de orgulho e de pertença deles em relação ao País, à nação e à civilização chinesa. Deve ser cultivado neles, desde pequenos, o espírito de amor pela Pátria e por Macau, para desenvolverem um profundo sentimento patriótico, e deve incentivar-se os jovens a tomarem a iniciativa de transmitir a excelente cultura tradicional chinesa, transformando o amor pela Pátria e por Macau em acções concretas, pois tudo isto é crucial para a promoção da implementação contínua do princípio “Um País, Dois Sistemas” e para o desenvolvimento estável e duradouro da RAEM. Pelo exposto, proponho o seguinte:

1. Orientar a educação patriótica da nova era com base nas “quatro convicções”, estudar o reforço da educação sobre a situação nacional e a conjuntura política para os jovens se actualizem sobre o desenvolvimento nacional e as “quatro convicções”. Há que planear, de forma global e sistemática, a educação sobre a situação nacional, a segurança do Estado e o sistema jurídico, integrando-as nas diversas disciplinas e fases educativas, para criar, desde a infância, a consciência de amor pela Pátria e por Macau.

2. Rever, oportunamente, os manuais das disciplinas de educação cívica e de história, e inovar a educação patriótica, para integrar a cultura tradicional chinesa nas aulas, enriquecer e otimizar os recursos e apoios didácticos. Há que promover a variedade de micro-aulas e vídeos didácticos, e criar projectos artísticos de música, belas-artes, caligrafia, dança e teatro para promover o patriotismo, no sentido de orientar os jovens a conhecerem a longa história e a cultura esplêndida da nação chinesa, a defenderem-na e a transmitirem os seus genes.

3. No próximo ano, celebram-se os 80 anos da vitória na Guerra contra o Japão e também da vitória mundial contra o fascismo. Sugere-se que o Governo preste atenção e realize uma série de actividades para comemorar aquelas vitórias e estude a respectiva divulgação em diversas actividades juvenis, a fim de aumentar o conhecimento dos jovens sobre a história das guerras e o contributo dos seus heróis, inculcando nos jovens o reconhecimento da sua identidade nacional e o orgulho étnico.

4. Neste momento, o turismo de estudos de Macau ainda está na fase inicial, pode-se ponderar desenvolver e aproveitar melhor os recursos locais no âmbito do “turismo vermelho”, ligando os pontos repletos de amor pela Pátria, como Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau, Museu Memorial de Xian Xinghai, Antiga Residência do General Ye Ting, Hospital Kiang Wu, Casa do Mandarin, Antiga Farmácia Chong Sai, etc., no sentido de os promover junto dos residentes e turistas, criando itinerários característicos para o turismo e a educação. Há que explorar o “turismo vermelho” em Macau, o que é benéfico para a educação do amor pela Pátria e Macau, assim como para

*(Tradução)*

melhor ampliar o espaço de desenvolvimento das indústrias do turismo e da cultura, aumentando o atractivo do turismo.

## IAOD do Deputado Si Ka Lon em 21.11.2024

### Colaboração multipartidária para acelerar o desenvolvimento da economia de baixa altitude

Senhoras e Senhores Deputados, imaginemos que, um dia, alguém em Zhuhai ou Zhongshan quer, de repente, comer pasteis de nata acabados de sair do forno em Macau. Será possível? Antigamente, seria capricho, mas hoje em dia, está próximo da realidade.

No mês passado, *Meituan* lançou, oficialmente, a rota *drone* no posto fronteiriço de *Futian*. Com a abertura dessa rota, as pessoas que se deslocam diariamente entre *Hong Kong* e *Shenzhen* podem encomendar refeições perto do posto fronteiriço ou usufruir do serviço “*air drop*”, recolhendo as mercadorias no ponto de aterragem designado em apenas 10 minutos após a encomenda.

Esta é a nova realidade dos voos a baixa altitude. O que eu gostaria de transmitir e partilhar é que, face ao rápido crescimento da “economia de baixa altitude”, Macau deve acelerar as suas acções.

O ano de 2024 é referido como o primeiro ano da “economia de baixa altitude” na China. Como testemunhámos, o recente espectáculo aéreo em Zhuhai contou com a presença de uma variedade de aeronaves de baixa altitude. Segundo notícias mais recentes, o Comité Central de Gestão do Tráfego Aéreo vai lançar, em breve, esquemas de pilotagem de aeronaves eléctricas de descolagem e aterragem vertical em seis cidades chinesas, o que implica o arranque da “economia de baixa altitude”. Até agora, existem na China cerca de 20 mil empresas relacionadas com a “economia de baixa altitude”, e prevê-se que, até 2026, a escala económica ultrapasse um trilião de renminbi.

A “economia de baixa altitude”, como uma nova indústria estratégica do País, foi incluída, pela primeira vez, no relatório de trabalho do Governo Central. Neste momento, várias regiões do País estão a lutar pela construção de cidades de baixa altitude, o que fez aumentar o capital social. A Grande Baía destaca-se largamente no desenvolvimento das indústrias de baixa altitude a nível nacional, com as respectivas empresas a concentrarem-se principalmente em Cantão, Shenzhen e Zhuhai. O Governo da RAEHK está a proceder à abertura do processo de candidatura de projectos, e no início do próximo ano, irá implementar, sucessivamente, projectos-piloto. Com a cooperação entre Shenzhen e Hong Kong, a “economia transfronteiriça de baixo altitude” da Grande Baía poderá entrar na via rápida.

Como um novo circuito e uma nova forma de negócio inovadores, a economia de baixa altitude é um exemplo típico das novas forças produtivas de qualidade, capaz de integrar a economia real na economia digital e provocar mudanças profundas em todos os sectores e no modo de produção e de vida, com amplas perspectivas de desenvolvimento e vastas possibilidades. De acordo com o relatório, foram criadas, rapidamente, novas formas de aplicação no domínio dos drones.

Segundo opiniões de profissionais, Macau tem as suas próprias vantagens no desenvolvimento da economia de baixa altitude. O desenvolvimento e inovação de cenários práticos podem dar ímpeto, prioritariamente, aos serviços de baixa altitude nas áreas de distribuição de materiais, de operações em altura, de turismo cultural, entre outras, e também podem ser desenvolvidas novas potencialidades e oportunidades económicas, ultrapassando-se os pontos fracos e as limitações. Macau pode ainda promover o seu desenvolvimento conjunto com Hong Kong, Shenzhen e Zhuhai, e procurar obter o apoio das políticas nacionais no sentido de ser permitida a passagem transfronteiriça de baixa altitude, o que vai contribuir para superar limitações e conseguir um maior desenvolvimento nas áreas aérea e marítima.

A tendência de desenvolvimento no Interior da China e nas cidades vizinhas pode servir de referência e de força motriz para o desenvolvimento da economia de baixa altitude em Macau. O que merece a nossa atenção é o facto de aqui ainda se encontrar numa fase de assimilação e, de acordo com as respostas dadas recentemente pelos serviços competentes à comunicação social, o Governo está a avançar passo a passo. Face à expansão da economia de baixa altitude, o Governo deve tomar uma atitude mais activa, procurando inteirar-se do assunto, acelerar o ritmo e impulsionar o seu desenvolvimento em Macau.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Incluir o desenvolvimento da “economia de baixa altitude (*low-altitude economy*)” nas LAG do próximo ano, como um plano anual importante para as indústrias, criar um grupo de trabalho inter-serviços e iniciar o estudo para a elaboração do plano de desenvolvimento e acção.
2. Apoiar as instituições de ensino superior e os sectores relacionados na criação de grupos de investigação ou centros tecnológicos da “economia de baixa altitude (*low-altitude economy*)”, para promover a participação dos agentes neste mercado.
3. Acelerar a interacção com as cidades da Grande Baía, promover e reforçar a articulação técnica com o Interior da China, procurar obter, em conjunto, o apoio das políticas nacionais e resolver, de forma eficaz, o problema do voo aéreo transfronteiriço de baixa altitude.
4. Tomar como referência a rota das aeronaves não tripuladas da plataforma *Meituan* no posto fronteiriço de Futian e coordená-la com as entidades do posto fronteiriço de Zhuhai, no sentido de iniciar a rota em Gongbei como ponto de partida prioritário para os voos transfronteiriços de baixa altitude.

## **IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 21.11.2024**

### **Optimizar as instalações comunitárias complementares da Residência do Governo para Idosos e ajustar as taxas, aliviando a pressão dos idosos**

Para concretizar as diversas medidas do “Plano de acção para o desenvolvimento dos serviços de apoio a idosos nos próximos dez anos”, e apoiar os idosos na concretização dos objectivos de valorização da vida e de inclusão social, o Governo propôs, em 2020, a criação da Residência do Governo para Idosos, proporcionando aos idosos, através da cooperação interdepartamental, um ambiente residencial que engloba conceitos de “vida inteligente, habitação inteligente e ambiente sem barreiras”, bem como clubes, serviços de apoio urgente, etc., em prol de apoiar os idosos a enriquecerem a sua vida quotidiana e a participarem em actividades comunitárias.

A Residência entrou em funcionamento no passado dia 15 de Outubro, e, dos 900 candidatos que concluíram o processo de “escolha de apartamento”, 600 vão ser alojados no final deste ano e os restantes de forma sucessiva no próximo ano. Alguns idosos ficaram desiludidos por não terem conseguido ocupar as fracções este ano, pois entendem que a actual prática das autoridades – a assinatura do acordo de utilização só é feita em três dias da semana – não consegue responder às necessidades reais dos idosos, e a eficiência administrativa está muito aquém das expectativas da sociedade.

Segundo um idoso que mora na residência para idosos, há um clube na residência, mas têm de pagar para usar os equipamentos. Objectivamente, as respectivas taxas são semelhantes às actualmente praticadas no mercado ou nas instalações desportivas públicas, mas os idosos, cuja principal fonte de receitas são as regalias sociais do Governo, para além do pagamento mensal das rendas, têm ainda de suportar as despesas com a participação em actividades recreativas e desportivas, pois só assim será possível atingir o objectivo de “enriquecer a vida quotidiana e participar em actividades comunitárias”, definido pelo Governo. A referida situação não só aumenta directamente os encargos económicos dos idosos, como pode ainda diminuir a sua vontade de participar, o que contraria a intenção original da política do Governo.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Muitos idosos esperam melhorar o ambiente de habitação através da residência para idosos, por isso sugiro ao Governo que acelere os procedimentos, por exemplo, aumentar o número de dias de celebração de acordo de ocupação por semana de três para cinco dias e prolongar o horário de expediente diário para servir mais pessoas, permitindo assim que os idosos que já concluíram o processo de “escolha de fracção” possam ocupar a fracção quanto antes. Proponho ainda que, com base nos dados disponíveis, em conjugação com a reserva de terrenos de Macau, a evolução demográfica e a situação habitacional dos idosos de cada zona, o Governo avalie a futura procura social, de acordo com a situação real, planeando,

quanto antes, a próxima fase do projecto de construção da residência para idosos, para satisfazer as necessidades do desenvolvimento social a longo prazo.

2. Os benefícios sociais constituem a principal fonte de rendimento dos idosos, mas as despesas de utilização das fracções da residência para idosos e das instalações do clube, etc., são encargos que afectam a sua vida e participação nas actividades comunitárias. Para além dos preços no mercado, o Governo deve também rever os respectivos critérios de cobrança das rendas e das taxas de utilização das instalações para a sua actualização em tempo oportuno, tendo em conta, nomeadamente, a alteração das rendas no mercado e da política de benefícios para os idosos, e o nível dos preços praticados no mercado, para aliviar a pressão dos mesmos.

3. A zona da residência é um local onde vivem muitos idosos, por isso, para além das instalações comunitárias, há que aumentar o investimento nos serviços médicos e sociais. Sugiro às autoridades que continuem a recolher opiniões após a ocupação da residência e a avaliar as construções internas desse projecto. É também necessário melhorar os equipamentos de apoio comunitário e o planeamento do trânsito da zona envolvente, criando mais condições favoráveis à integração social dos respectivos grupos sociais, para que os idosos possam continuar a participar e a serem activos na comunidade. Esta é uma forma de concretizar o princípio de “ter uma vida com segurança e apoio na terceira idade”.

## **IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 21.11.2024**

### **Reforço do apoio às PME**

Recentemente, o Chefe do Executivo, Ho Iat Seng, fez um balanço, na Assembleia Legislativa, dos cinco anos de trabalho do Governo. Face aos desafios que os três anos de pandemia acarretaram, o Governo da RAEM, com o apoio do Governo Central, liderou, de cabeça erguida, os diversos sectores da sociedade, para lutarem em conjunto contra a doença. Depois de superadas muitas dificuldades, o Governo empenhou-se em desenvolver a economia e estabilizar a vida da população, e alcançou bons resultados na defesa da segurança nacional, na reforma da administração pública, na construção de uma cidade com condições ideais de vida e na integração no desenvolvimento nacional, o que serve de base sólida para os trabalhos do próximo Governo e merece o nosso reconhecimento.

Com a recuperação da economia e a implementação de várias medidas eficazes pelo País e pelo Governo da RAEM, o número de visitantes aumentou rapidamente. Nos três primeiros trimestres deste ano, registou-se uma recuperação de 85 por cento do número de visitantes do mesmo período de 2019, o que demonstra a eficácia das medidas. No entanto, as receitas das PME das zonas comunitárias não melhoraram e há muitas lojas desocupadas, o que evidencia que estão sob grande pressão.

As PME representam mais de 90 por cento do total das empresas e absorvem mais de 40 por cento da população activa, resolvem o problema de emprego de muitos residentes de idade mais avançada e constituem uma base importante para a estabilidade da economia e a promoção do emprego. Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve dar continuidade às medidas de apoio às PME e, tendo em conta os projectos de apoio existentes, deve estabelecer um mecanismo para acompanhar de perto a exploração das PME aderentes aos planos de apoio. No entanto, muitas delas estão a meio caminho entre continuarem ou abandonarem o negócio, por isso, espero que o Governo, tendo em conta a realidade, estude novas políticas específicas para apoiar as PME a inovarem os negócios e a aumentarem a competitividade e a confiança na exploração.

2. Após o “Grande prémio para o consumo na Zona Norte durante os fins-de-semana”, o Governo lançou o “Grande prémio para o consumo em Macau”, que abrange muitos estabelecimentos comerciais e oferece vários benefícios. Nas primeiras quatro semanas, distribuíram-se 51 milhões de patacas em cupões, impulsionando um consumo de cerca de 270 milhões de patacas. O Governo deve ordenar bem os dados sobre o consumo e analisar a situação dos negócios das PME dos diversos sectores, a fim de criar uma base sólida para as respectivas políticas de apoio; e partindo dos resultados gerais, deve estudar a colaboração entre as grandes, médias e pequenas empresas, para realizarem mais actividades de incentivo ao consumo destinadas aos residentes e turistas, a fim de alargar o raio e melhorar o ambiente de consumo.

3. O Governo deve estudar e avaliar, de forma dinâmica, o andamento e os resultados dos planos de revitalização das seis grandes zonas, aumentando a transparência e reforçando

*(Tradução)*

a comunicação com as PME dessas zonas. Deve ainda aproveitar o património histórico e cultural, realizar actividades artísticas e culturais, aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito e otimizar os itinerários turísticos, para assegurar, de forma gradual e paulatina, a revitalização dos bairros antigos, melhorar o ambiente de negócio das PME e acelerar a recuperação económica.

## **IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Kou Kam Fai em 21.11.2024**

### **Criar um bom ambiente social para dar atenção à saúde física e mental**

Nos últimos anos, os estudos e os resultados dos inquéritos efectuados por diversos países e regiões têm revelado uma tendência para o aumento das doenças mentais. O “Inquérito da saúde mental de Macau 2024” revela a existência de uma certa percentagem de risco de depressão e ansiedade entre os cidadãos, questão que merece a nossa atenção. Os trabalhos de saúde mental são essenciais para a construção de “Macau saudável” e a implementação do “Plano de Acção para Macau Saudável”, que são temas importantes que merecem a atenção do Governo, dos cidadãos e da sociedade. O “dar importância à saúde e higiene mental”, mencionado no relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, indica o rumo deste trabalho.

Macau já criou um mecanismo de “prevenção conjunta de quatro níveis ligados intimamente aos tetracíclicos” para prestar apoio às pessoas com necessidade, e o Governo tem envidado esforços para encurtar o tempo de espera para o encaminhamento, identificar os indivíduos com sintomas ligeiros, aumentar a equipa de agentes de aconselhamento psicológico nas escolas, reforçar a sensibilização sobre a saúde psicológica dos alunos, estabelecer contactos com as instituições de solidariedade social e cooperar com as grandes empresas no reforço da formação de aconselhamento psicológico, tendo obtido resultados positivos. As pressões psicológicas enfrentadas pelas pessoas de diferentes faixas etárias (crianças, jovens, pessoas de meia-idade e idosos) variam de acordo com as doenças mentais, as situações socioeconómicas, as relações familiares e interpessoais, etc. O Governo deve implementar mecanismos de prevenção e adoptar medidas de resposta para todas as faixas etárias.

Pelo exposto, sugerimos o seguinte:

1. Prestar atenção à saúde psicológica de todas as idades. Há que, com base nos trabalhos existentes, aprofundar a prevenção e a educação em termos da saúde mental e, em conjunto com todos os sectores, desenvolver e promover os serviços de apoio psicológico, eliminar preconceitos e promover o conceito de solidariedade e de ajuda mútua, para levar os residentes a procurar ajuda por sua iniciativa, com vista ao alcance dos objectivos de prevenção, detecção e intervenção precoces. Aliás, há que conhecer as características dos problemas psicológicos de todas as idades, proporcionar orientação psicológica no local de trabalho às pessoas de meia-idade e prestar apoio psicológico aos idosos, etc. Há que iniciar ainda a educação relativa à saúde psicológica para toda a sociedade e generalizar os conhecimentos, para os cidadãos conhecerem correctamente os problemas em matéria de saúde psicológica.

2. Reforçar a saúde física e mental dos jovens e dos alunos. O período da juventude é uma fase crucial para o desenvolvimento físico e mental, pelo que a importância da saúde psicológica dos jovens reveste-se de grande significado. Eles são a semente da sociedade, sendo, portanto, muito importante construir uma base só para a saúde mental deles. Assim, é necessário integrar a educação da saúde mental no sistema educativo, elaborar

materiais didácticos específicos e aperfeiçoar, de forma contínua, o mecanismo de apoio psicológico. Ao mesmo tempo, há que promover a saúde psicológica através do reforço da disciplina de educação física e realizar diversas modalidades desportivas para formar um espírito de equipa e de perseverança junto dos alunos. Mais, é ainda necessário reforçar a rede de apoio que integra a escola, a família e a sociedade, transmitir conhecimentos sobre a saúde psicológica aos encarregados de educação, reforçar a cooperação com a comunidade para desenvolver actividades relacionadas com a saúde mental e criar activamente um ambiente de cooperação entre a família, a escola e a sociedade, para que se possa proteger, de forma global, a saúde física e mental dos alunos.

Apelamos aos esforços conjuntos de todos os sectores sociais, para que se crie uma boa atmosfera social em que se preste atenção à saúde física e mental, se dê importância aos problemas de saúde psicológica de todas as faixas etárias da sociedade, se reforce, de forma efectiva, a educação sobre a saúde psicológica, se crie um bom ambiente social em que “todas as pessoas prestam atenção à psicologia e todas as pessoas prestam atenção à saúde” e se construa, em conjunto, uma “Macau saudável”.

## **IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 21.11.2024**

### **Melhorar o trânsito de Coloane para atrair mais visitantes**

A Vila de Coloane é uma antiga vila piscatória situada numa das ilhas de Macau. Na década de 70 do século passado, foram descobertos vestígios arqueológicos da era neolítica, reveladores de um precioso património cultural pré-histórico. O conjunto de estaleiros navais e as construções de estilo português demonstram o esplêndido desenvolvimento da indústria de construção naval de Macau durante o período colonial, prevalecendo uma atmosfera histórica e cultural muito fortes, sendo assim um bom local para turismo e lazer. Com a futura conclusão das obras de prevenção de inundações a oeste de Coloane, o dique e a orla costeira vão formar dois lagos na zona de Lai Chi Vun e na Avenida de Cinco de Outubro, os quais vão ser novos pontos turísticos. Com o objectivo principal de desenvolver a diversificação industrial, nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na criação do turismo comunitário. A Vila de Coloane está a cumprir a sua missão de desenvolvimento comunitário, mas a maioria dos turistas desloca-se à zona costeira e não às ruínas históricas para conhecer o património cultural intangível. Segundo os residentes e os turistas, a razão principal é a limitação causada pelo trânsito e pela falta de lugares de estacionamento nas proximidades.

Ora, “As estradas conduzem à riqueza”. Para atrair mais visitantes, apresento as seguintes sugestões:

1. A povoação de Lai Chi Vun foi transformada numa zona de estaleiros navais com exposições, feiras e outras actividades de lazer. Para irem ali, as pessoas têm de estacionar perto da Rotunda da Concórdia e andar uns quilómetros, ou ir a pé a partir da vila, passando por um troço inclinado, mas este destina-se apenas à circulação de veículos, constituindo um perigo para os peões. Assim, proponho que o Governo chegue a um consenso com os proprietários para aproveitar parte dos terrenos desaproveitados para fins de estacionamento provisório; por outro lado, o Governo disponibiliza autocarros nesta zona, o que é de manter; ou então, há que aperfeiçoar as instalações pedonais para garantir um ambiente seguro e propício ao turismo comunitário.

2. O objectivo principal do desenvolvimento da Vila de Coloane é o turismo e a preservação da cultura, no entanto, o trânsito e a vida naquela zona não ajudam, inclusive muitos jovens foram para a cidade. Considerando que a estabilidade demográfica favorece o desenvolvimento sustentável das indústrias, proponho a construção de um parque de estacionamento no antigo Estabelecimento Prisional de Coloane, zona de muito trânsito, para colmatar a falta de parques de estacionamento públicos e revitalizar as instalações complementares de trânsito e outras instalações de lazer da zona, criando-se assim um novo local de turismo e entretenimento.

3. Com o desenvolvimento do turismo comunitário em Coloane, sugiro ao Governo o aumento das passagens para peões e da sinalização de trânsito bem como de assistentes de trânsito como forma de prevenção de comportamentos de risco na travessia das vias e ainda como forma de melhorar as infra-estruturas turísticas e atrair visitantes para a zona.

A Vila de Coloane é uma zona importante para preservação da cultura de Macau, por isso, espero que o Governo preserve as suas características e ambiente, ou seja, o planeamento rodoviário deve ter em conta o equilíbrio entre a conservação e o desenvolvimento e o planeamento urbanístico de Coloane deve ser melhorado, nomeadamente, no que respeita a tráfego, água, electricidade, esgotos, telecomunicações, etc., primordiais para o desenvolvimento sustentável do turismo comunitário de Coloane.

## **IAOD do Deputado Lam U Tou em 21.11.2024**

### **A política da habitação económica está confusa, e o Governo deve rectificar, quanto antes, a situação**

No dia 13 deste mês, o Instituto de Habitação (IH) publicou a Lista provisória de ordenação e a lista de exclusão do concurso para as 5415 habitações económicas de 2023. Dos 6562 boletins de candidatura, foram excluídos 1486, ou seja, um quinto das candidaturas, o que significa que há mais de 300 fracções por vender.

Há dias, recebi uma queixa de um jovem candidato, que foi excluído da lista provisória porque o seu rendimento mensal era inferior ao limite mínimo. Este jovem, quando apresentou a candidatura à habitação económica, já tinha um emprego estável, e o seu salário mensal correspondia aos limites máximo e mínimo de rendimento mensal publicados pelo Governo em 7 de Setembro de 2023. No entanto, devido ao facto de ter trabalhado apenas durante alguns meses antes da apresentação da candidatura, o seu rendimento médio mensal dos últimos 12 meses era inferior ao limite mínimo, razão pela qual foi excluído.

Em 2020, o Governo alterou a forma de cálculo do “limite de rendimento mensal”, constante do n.º 6 do artigo 16.º da “Lei da habitação económica”, a norma “o rendimento mensal é o rendimento obtido durante o mês anterior ao acto de declaração ou a média de rendimento mensal obtido nos doze meses anteriores ao acto de declaração, sendo utilizado o valor mais favorável para os interessados” foi alterada para “o rendimento mensal corresponde à média dos rendimentos obtidos nos 12 meses que antecedem a data da publicação do anúncio de abertura do concurso no Boletim Oficial.” Na altura, um deputado defendeu que devia manter-se a metodologia de “escolher uma das duas soluções”, para evitar situações especiais de insuficiência de rendimentos, mas o Governo respondeu que isso ia agravar os trabalhos administrativos de cálculo da pontuação e gerar situações injustas, por isso, manteve a decisão.

A lei não exige expressamente que os candidatos tenham trabalhado pelo menos 12 meses antes da apresentação da candidatura, mas como se divide o salário anual por 12 meses, os rendimentos dos candidatos, que conseguiram emprego recentemente, que estão em situação de subemprego, ou que estiveram sem trabalho durante pouco tempo enquanto mudavam de emprego, não atingem o limite mínimo e, assim, mais pessoas ficam numa situação em que não têm capacidade para comprar casa nem podem candidatar-se às habitações sociais e económicas. O mais injusto é que o concurso para a habitação económica começou em Setembro de 2023 e, neste momento, os candidatos já trabalham há mais de um ano, portanto, preenchem os requisitos do limite do rendimento mensal, mas foram excluídos do concurso devido a esse cálculo injusto.

É de sublinhar que a intenção de impor limites de rendimento máximo e mínimo na Lei da habitação económica era avaliar a existência de necessidades reais e assegurar o poder de compra dos compradores de habitação económica. No entanto, a realidade é que ainda não se concretizou a candidatura regular e permanente à habitação económica, e o processo, desde a apreciação e autorização até à compra, é muito demorado, pois é preciso mais de

um ano desde a publicação do anúncio até à divulgação da lista provisória. A lei confere ainda competências ao Governo para proceder a uma segunda apreciação, aquando da atribuição das fracções, recorrendo aos limites máximo e mínimo de rendimento actualizados, entretanto aumentados ou reduzidos, ou seja, depois de vários anos de espera, avalia-se a “necessidade real” e o “poder de compra” dos requerentes apenas com base no rendimento médio mensal dos anteriores 12 meses. Isto não é humano, nem lógico, nem corresponde à intenção original da política de habitação económica. O Governo deve ponderar, com seriedade, sobre se é razoável a actual fórmula simplista de dividir por 12, e deve ainda, com boa fé, considerar apenas o rendimento médio dos meses de trabalho efectivo nos anteriores 12 meses, para os candidatos com necessidade real e que antes reuniam os requisitos poderem ter acesso à habitação económica.

Quanto à política de cinco classes de habitação que o Governo apresentou neste mandato, só na habitação social, que implica o maior encargo para o Governo, é que se conseguiu concretizar a candidatura permanente, enquanto as outras quatro classes têm os seus próprios problemas: a procura de habitação económica foi reprimida; não há lógica e planeamento no que respeita à construção de habitação intermédia; é má a relação preço/qualidade das residências para idosos; e o mercado privado continua em baixa, aliás, a referida política não é nada benéfica para a mobilidade vertical dos residentes. O reordenamento dos bairros antigos e a renovação urbana, temas de discussão há anos, continuam a ser uma ilusão, e o desenvolvimento do mercado imobiliário carece de força motriz e está desnorteado.

A meu ver, o novo Governo tem de corrigir a situação e de rever rigorosamente as políticas habitacionais, definindo um planeamento geral para a habitação, a fim de permitir que o mercado domine o verdadeiro rumo do seu desenvolvimento. Há também que clarificar o posicionamento e o planeamento da oferta e da procura de habitações públicas e privadas, com vista ao seu equilíbrio e ao verdadeiro desenvolvimento saudável do mercado imobiliário. Deve ainda abolir as regras irrazoáveis, tais como a inalterabilidade da natureza da habitação económica, simplificando e dividindo os tipos das habitações públicas em dois grupos, arrendamento e venda, recorrendo assim a vários meios para promover a mobilidade vertical dos jovens.

## **IAOD da Deputada Lo Choi In em 21.11.2024**

### **Exorto o novo Governo a prestar atenção à saúde mental e psicológica da sociedade, a aumentar o apoio aos serviços comunitários e a reforçar a “prevenção conjunta de quatro níveis”.**

No início deste mês, uma rapariga de 17 anos caiu tragicamente de um edifício e morreu logo, mesmo antes de os bombeiros poderem efectuar os trabalhos de salvamento. O incidente não só é de lamentar, como também fez soar, mais uma vez, o alarme na sociedade.

Em 2023, registaram-se 88 mortes por suicídio em Macau, um aumento de 10% em relação a 2022 e, segundo os resultados da monitorização efectuada pelas autoridades competentes, no terceiro trimestre deste ano já se registaram 62 mortes por suicídio. Segundo alguns profissionais, olhando para a tendência actual, é de prever que, este ano, o número de suicídios seja semelhante ao do ano passado, mantendo-se num nível consideravelmente elevado, o que não é uma situação optimista.

No mês passado, uma faculdade de medicina publicou, em conjunto com uma instituição profissional, o “Inquérito sobre a Saúde Mental em Macau”, segundo o qual 27 por cento dos inquiridos estão em risco de sofrer de depressão e 19 por cento de ansiedade.

Há dias, uma instituição de serviço social divulgou o “Índice de Famílias Saudáveis em Macau”, segundo o qual vários grupos de famílias apresentam um valor inferior ao nível médio na vertente “equilíbrio de vida” e necessitam de muita atenção e muito apoio, situação que merece grande atenção da sociedade.

O Governo e os serviços competentes têm estado bastante atentos e conseguiram alguns efeitos através do mecanismo de quatro níveis. Apercebendo-se do problema, reforçaram proactivamente o pessoal na área da saúde mental, e integraram os respectivos serviços nos centros de saúde. Isto merece o nosso reconhecimento.

Contudo, como todos sabem, as razões do suicídio são complexas. A mudança drástica do ambiente e estrutura da sociedade e ainda as alterações do ambiente social depois da pandemia acarretaram enormes impactos para a saúde psíquica e psicológica da sociedade. Mais, o mecanismo de prevenção conjunta de quatro níveis baseia-se apenas nos actuais serviços, logo, não consegue adaptar-se ao actual ambiente social nem à procura e, na prática, os quatro níveis nem sempre surtem, a nível familiar e escolar, os efeitos pretendidos, devido a razões objectivas e reais, limitando-se, portanto, ao encaminhamento dos casos.

Devido à limitação de mão-de-obra e de recursos, os serviços comunitários já não conseguem dar resposta e cobertura aos casos, por isso, nem vale a pena falar em tomarem a iniciativa de desenvolver e explorar outros apoios, e assim sendo, só podemos recorrer às instituições profissionais e aos serviços de psiquiatria, que não são muitos.

Em Hong Kong, o governo dá grande importância aos problemas de saúde mental, colabora activamente com várias instituições profissionais e organizações civis, tem investido muitos recursos e mão-de-obra profissional, tem aumentado os postos de prestação de serviços para acompanhamento da saúde mental, e tem desenvolvido muitos serviços relacionados com a saúde mental, prática esta que deve servir de referência para o Governo da RAEM.

A Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura deve assegurar a coordenação e o planeamento das políticas, para evitar políticas não uniformizadas. Para além da melhoria contínua dos tratamentos da saúde mental, há que aumentar os recursos para reforçar os serviços comunitários, apoiando as instituições da linha da frente, para estas poderem contratar mais assistentes sociais, agentes de aconselhamento psicológico, coordenadores, etc., a fim de alargar o âmbito dos serviços e ser possível satisfazer as pessoas de diferentes faixas etárias. O Governo deve ainda promover, quanto antes, o ensino em turmas reduzidas e aumentar o investimento de recursos para elevar a proporção do pessoal de aconselhamento escolar, com vista a melhorar a qualidade do ensino e a dar mais espaço aos professores, para estes poderem prestar atenção à saúde psicológica e ao crescimento dos alunos.

Segundo as investigações e estudos efectuados pelas referidas instituições, podemos verificar que a “depressão” e a “ansiedade” são sinais de suicídio, portanto, “mais vale prevenir do que remediar”. Assim, apelo ao novo Governo para investir mais recursos nas instituições académicas e cívicas, com vista à realização de mais estudos sobre este assunto, à adopção de medidas de prevenção específicas e à realização de mais actividades comunitárias.

## IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 21.11.2024

### **Revitalizar os edifícios históricos e assegurar a salvaguarda do património cultural**

Desde a entrada em vigor da Lei de Salvaguarda do Património Cultural no dia 1 de Março de 2014, o Governo tem-se empenhado na criação e no aperfeiçoamento do sistema de salvaguarda do património cultural. Para melhor promover a salvaguarda e a revitalização dos edifícios históricos, o Fundo de Desenvolvimento da Cultura lançou o “Plano de Apoio Financeiro para a Revitalização de Edifícios Históricos” e o “Plano de Apoio Financeiro para a Beneficiação de Edifícios Históricos” em 2022 e 2023, respectivamente, para, através da concessão de apoio financeiro, proteger os edifícios que têm grande significado histórico e cultural, para este ser preservado, transmitido e divulgado. Os edifícios históricos são parte importante do nosso património cultural e reflectem também a fisionomia única da cidade.

O Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau», que entrou em vigor no dia 1 de Junho deste ano, dá mais um passo na salvaguarda do património cultural, e o Governo tem promovido o aperfeiçoamento e a concretização das respectivas medidas. A nível político, foi criada uma entidade especializada para reforçar a investigação e o estudo sobre o património cultural, e a nível social, tem-se procurado elevar os conhecimentos do público sobre a salvaguarda do património cultural através da educação e da divulgação.

A implementação do Plano de salvaguarda e gestão do «Centro Histórico de Macau» traduz-se em várias áreas: reforço da reparação e gestão dos edifícios históricos, promoção do aproveitamento racional do património cultural e elaboração de planos de contingência para dar resposta a situações de emergência. Com a implementação das respectivas medidas, o valor cultural e o encanto de Macau vão aumentar, criando-se um ambiente cultural único para a cidade e atraindo-se mais profissionais e turistas internacionais para exploração e intercâmbio, promovendo assim o desenvolvimento sustentável da cidade. Estas medidas contribuem para a salvaguarda do património cultural e permitem que o mesmo se integre na sociedade moderna e se torne numa cultura viva, criando-se um novo paradigma para a confluência entre a história e a modernidade.

No processo de revitalização, os edifícios históricos enfrentam muitos desafios, muitos têm de ser avaliados por vários serviços públicos, especialmente quando se pretende transformá-los em espaços comerciais ou estabelecimentos de restauração, pois têm de satisfazer os critérios rigorosos dos diferentes serviços públicos. Muitos desses edifícios não satisfazem os critérios de modernidade e são muitos os obstáculos no processo de revitalização. A falta de condições e recursos são factores que desencorajam os interessados nesses edifícios, por isso, há que encontrar soluções para apoiar as respectivas conservação e revitalização.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. No âmbito administrativo: para promover a mudança de finalidade dos edifícios históricos, sugiro que se crie um balcão de serviços *one-stop* para simplificar e integrar o

processo de apreciação dos vários serviços públicos, elevando a eficácia e facilitando a obtenção das orientações necessárias aos requerentes.

2. No âmbito dos requisitos técnicos: há que criar uma equipa de especialistas, composta por profissionais de diversos serviços, para a prestação de apoio técnico e serviços de consulta, ajudando os proprietários dos edifícios a compreenderem melhor os critérios de cada serviço e a cumprirem os requisitos de candidatura.

3. Na transformação dos edifícios históricos para fins comerciais, há que insistir no princípio da prioridade à protecção, que aproveitar racionalmente estes recursos preciosos, e que desenvolver o carácter artístico e prático do património cultural, para se criarem produtos culturais e criativos e serviços culturais característicos que correspondam às necessidades da vida moderna e do consumo, alcançando-se uma situação *win-win* ao nível dos benefícios sociais e económicos.

4. Os edifícios históricos que reúnem condições podem ser seleccionados como unidades piloto, aproveitando ao máximo os seus espaços, através da cooperação, arrendamento, etc., a fim de criar lojas para exhibir e vender todos os tipos de produtos culturais e criativos.

## **IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 21.11.2024**

### **Construção de um ambiente turístico por toda a cidade**

Nos últimos anos, o Governo da RAEM tem aprofundado o efeito sinérgico da “cultura + turismo”, por isso os recursos culturais e turísticos de Macau desenvolveram-se de forma acelerada e integrada, e a indústria turística recuperou rapidamente, no entanto, registou-se o problema estrutural de uma recuperação desigual, e uma das principais razões prende-se com a falta de um planeamento estrutural e geral dos recursos turísticos. Macau dispõe de um rico legado histórico onde há uma fusão das culturas oriental e ocidental, portanto, este é o nosso importante cartão-de-visita. Ao longo de mais de 400 anos, Macau desempenhou um papel importante na formação e no desenvolvimento da Rota Marítima da Seda, bem como tem contribuído para o intercâmbio multicultural entre o Oriente e o Ocidente, e foi uma das primeiras cidades portuárias da China a abrir-se ao exterior, tendo promovido a ciência ocidental no Oriente e construído uma importante ponte de comunicação entre o Oriente e o Ocidente. Mais, os ricos monumentos históricos são um tesouro para o desenvolvimento socioeconómico de Macau a longo prazo. Os 30 locais do Centro Histórico de Macau classificados como Património Mundial preservam a essência histórica do intercâmbio cultural entre o Oriente e o Ocidente, e as concessionárias de jogo também possuem peças artísticas valiosas que conjugam os elementos ocidentais e orientais. Tudo isso é fruto da fusão das civilizações oriental e ocidental em Macau.

Ao mesmo tempo, Macau também é um local de lançamento de ideias e de actividades revolucionárias por parte de muitas personalidades de renome da nossa história moderna. Nas zonas não turísticas, ou seja, os locais mais próximos da vida da população, encontram-se espalhados os Museus Memoriais de Lin Zexu, de Sun Yat-sen, de Zheng Guanying e de Xian Xinghai, a Academia Jao Tsung-I e a Antiga Residência do General Ye Ting. Estas celebridades não só tiveram uma influência profunda em Macau, como também têm um estatuto representativo e um significado histórico quer para a China quer para os outros países, o que constitui uma veia em crescimento do espírito da nação chinesa.

A singularidade cultural e o valor patrimonial de Macau proporcionam uma boa base real para a construção de um “ambiente turístico por toda a cidade”, mas é necessário ainda desenvolver mais o valor cultural, patrimonial e de difusão das conotações cultural e patrimonial profundamente enraizadas nos recursos turísticos de Macau, planear de forma abrangente e estruturante os ricos recursos culturais e turísticos de Macau, com uma boa divulgação das histórias por detrás da cultura e do património, interligar os pontos históricos espalhados nas zonas relacionadas com a vida da população de Macau, o que contribui para atrair mais visitantes, aumentar o tempo de permanência nestas zonas, resolver o problema da sua recuperação desequilibrada e impulsionar a economia e o emprego das mesmas. Pelo exposto, sugiro ao Governo da RAEM que conjugue os factores da protecção do Centro Histórico de Macau, da cultura do património cultural intangível e da economia comunitária, etc., para melhorar as instalações turísticas complementares, a fim de proporcionar um

ambiente mais favorável ao sector do turismo de Macau, para atrair, reter e reanimar os turistas.

1. Deve reforçar-se o turismo do património mundial de Macau, criar o “*IP*” sobre o turismo de celebridades, realizar programas de pontos de “*check-in*” para os turistas e estudar a atribuição de cupões de consumo aos turistas que efectuem o “*check-in*” com as “aplicações” bancárias de telemóveis das instituições financeiras de Macau, a fim de impulsionar o desenvolvimento da economia e das PME das zonas comunitárias.

2. Tendo em conta a concentração desequilibrada dos turistas devido aos “*check-in*” nos “destinos turísticos famosos na Internet”, o Governo e a sociedade devem adaptar-se, por sua iniciativa, ao novo modelo da rede móvel, aproveitando as plataformas da Internet, tais como o “*Xiaohongshu*”, para reforçar a sua divulgação e orientação. Devem ainda articular-se com os itinerários turísticos para planear, de forma científica, a construção de instalações turísticas.

3. Deve aumentar-se, adequadamente, o número de hotéis económicos de gama baixa e média, com vista a prolongar a estadia dos turistas em Macau para alargar os seus potenciais poderes de compra.

4. Deve enriquecer-se a exposição do “património cultural intangível” de Macau nos itinerários turísticos. Para além de se promover a integração do “património” na vida dos residentes, também se deve aumentar o conhecimento e a experiência dos turistas sobre o mesmo.

## **IAOD da Deputada Leong On Kei em 21.11.2024**

Este ano, o Governo Central lançou várias políticas e medidas favoráveis a Macau, incluindo o alargamento do programa de vistos individuais de visita a Macau a mais 10 cidades chinesas, entradas múltiplas entre Macau-Hengqin para os grupos turísticos que reúnam os requisitos e aumento do limite de isenção de impostos para os residentes e visitantes do Interior da China que entram em Macau, a fim de atrair mais turistas. Estas medidas aumentaram, continuamente, o número de visitantes e prevê-se que esta tendência se mantenha. O Governo deve aproveitar esta oportunidade para promover a diversificação adequada da economia de Macau, maximizar o desenvolvimento das indústrias emergentes, nomeadamente, o “turismo + convenções e exposições” e o “turismo + indústrias culturais e criativas”, com vista a desenvolver, gradualmente, uma indústria diversificada com características próprias e elementos turísticos, e promover o desenvolvimento do turismo integrado de Macau.

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado na promoção da cooperação económica e comercial entre a China e Portugal, e estabeleceu mecanismos de cooperação para a promoção do comércio e o intercâmbio de informações com diversos Países de Língua Portuguesa. A MIF e outras actividades de convenções e exposições têm desempenhado eficazmente o papel de Macau como plataforma comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, nomeadamente, na área de convenções e exposições de vinhos de Portugal. O Governo deve aproveitar o papel da plataforma para desenvolver o mercado de vinhos e promover Macau como um importante centro de vinhos da região Ásia-Pacífico. Com a modalidade “uma convenção, dois locais” da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, Macau pode articular eficazmente os recursos de convenções e exposições dos dois locais para atrair a realização das convenções e exposições internacionais relacionadas com vinho, reforçando o desenvolvimento integrado de “turismo + convenções e exposições”. Mais, deve explorar um itinerário turístico de vinhos, combinando as ruínas históricas, a gastronomia típica e as actividades culturais de Macau, para criar experiências turísticas únicas, a fim de consolidar a posição de Macau como “Cidade Criativa de Gastronomia” e de aumentar a diversidade dos produtos turísticos.

Mais, o “Plano de Desenvolvimento Cultural e Turístico da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” define claramente a direcção do desenvolvimento da integração cultural e turística de Macau. As autoridades também estão a promover activamente a utilização integrada dos recursos culturais e turísticos, desenvolvendo o efeito sinérgico “turismo + cultura”. Mas, no futuro, é necessário continuar a explorar novas estratégias de desenvolvimento, como: o reforço do planeamento geral, a promoção e a divulgação dos actuais estaleiros navais de Lai Chi Vun e da zona pedonal da Rua da Felicidade, entre outros pontos de interesse cultural e turístico, aumentando assim a atractividade turística. Mais, deve-se ainda integrar os pontos de interesse característicos, a arte, a história e a cultura dos diversos bairros comunitários, elevar a atractividade dos roteiros turísticos, através da integração dos recursos culturais e turísticos de Macau, criar uma marca de turismo cultural com características locais e, ao mesmo tempo, aproveitar a tecnologia digital para elevar a inteligência e a conveniência dos serviços turísticos, a fim de

*(Tradução)*

proporcionar uma melhor experiência aos turistas e atrair mais visitantes para experimentarem o encanto único de Macau.

## IAOD do Deputado Wang Sai Man em 21.11.2024

### **Optimização da estrutura de transportes em prol do aumento dos benefícios económicos**

Com o passar dos anos, a capacidade de transportes públicos de Macau é insuficiente. O aumento contínuo do número de veículos, as estradas estreitas e as obras frequentes nas vias públicas agravam ainda mais o congestionamento do tráfego, o que causa não só transtorno nas deslocações diárias dos cidadãos, como também resulta no elevado preço dos produtos devido aos elevados custos logísticos.

Segundo os últimos dados dos Serviços de Estatística e Censos, existe um automóvel particular por cada 5,5 pessoas em Macau, enquanto que em Hong Kong existe um por cada 12 pessoas, e a densidade é mais do dobro da de Hong Kong, o que indica que os residentes de Macau dependem mais dos automóveis particulares do que os de Hong Kong. O elevado número de veículos aumenta a pressão sobre as estradas e, em 2014, a velocidade média dos automóveis em Macau era de 12 quilómetros por hora, muito inferior aos 22 quilómetros por hora em Hong Kong. Devido à elevada utilização de automóveis particulares e ao facto existirem muitos lugares de estacionamento nas vias públicas, a entrada e saída dos mesmos originam, indirectamente, congestionamento, factores esses que afectam gravemente a deslocação. Como libertar o espaço rodoviário utilizado para os lugares de estacionamento sem afectar as deslocações do público é uma questão difícil.

Há em Macau 67 parques de estacionamento, mas, em alguns, a taxa de utilização é baixa. Os lugares de estacionamento nas ruas são muitas vezes difíceis de encontrar e os condutores não têm outra alternativa senão estacionar os carros ilegalmente na faixa de rodagem. O congestionamento do tráfego não só reduz a eficiência da circulação, como também aumenta os custos de produção e a poluição. Ademais, os táxis também não querem entrar e sair do centro da cidade.

A razão de existirem parques de estacionamento com baixa taxa de utilização deve-se, principalmente, à falta de comodidade, ou seja, de ligações a transportes convenientes. Creio que uma série de problemas pode ser eficazmente resolvida se as ligações entre os parques de estacionamento e as zonas urbanas, bem como entre os vários meios de transporte, puderem ser melhoradas.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Criação de autocarros circulares de pequeno porte. Sugere-se que se tome como referência as práticas das regiões vizinhas, cujos autocarros de pequeno porte dispõem de paragens nas zonas urbanas e nos parques de estacionamento. Essas paragens ocupam uma área pequena e esses autocarros movimentam-se rapidamente, em percursos curtos, entre os parques de estacionamento e as diversas zonas centrais da cidade, com frequência de cerca de 15 minutos. Ao mesmo tempo, há que criar mais paragens de autocarros junto dos parques de estacionamento, mais pontos de tomada e largada de passageiros para os táxis e conceder descontos para autocarros de pequeno porte, autocarros, táxis e descontos no

estacionamento. Aliás, os locais de tomada e largada de passageiros com meios de transporte flexíveis fazem com que os passageiros se concentrem e os taxistas mais facilmente apanhem os passageiros, uma prática mais conveniente e que reúne condições para resolver um conjunto de problemas.

2. A ligação entre os corredores pedonais e as estações do metro ligeiro está a surtir efeitos, por isso, propõe-se a criação de mais pontos de estacionamento para motociclos e de paragens para autocarros de pequeno porte nas estações do metro ligeiro. Além disso, há que dar prioridade aos percursos de circulação de autocarros de pequeno porte, no sentido de criar ainda mais benefícios ao nível de tarifas para os cidadãos que utilizam esse tipo de autocarros e que estacionam nos parques de estacionamento, incentivando os cidadãos a utilizá-los por sua iniciativa.

É de crer que, com estas medidas, a taxa de utilização das rodovias aumente, aumente também a velocidade média de circulação e a facilidade de deslocação, fazendo com que os cidadãos fiquem dispostos a dar alguns passos que para além de fortalecer a sua saúde, faz aumentar o fluxo de pessoas na cidade e, assim, promove o consumo; a longo prazo, será então possível libertar mais lugares de estacionamento nas vias públicas, aumentando o ambiente de negócios e a eficiência logística.

## IAOD do Deputado Ma Io Fong em 21.11.2024

### Reforçar as medidas complementares de apoio ao emprego dos jovens

Com a retoma económica, a situação do emprego melhorou, pois segundo os Serviços de Estatística e Censos, a taxa de desemprego e de subemprego dos residentes tem diminuído. No entanto, a situação de emprego dos jovens vai no sentido contrário. Segundo o inquérito ao emprego referente ao terceiro trimestre deste ano, a taxa de emprego só diminuiu nos grupos etários dos 16 aos 24 anos e dos 25 aos 34 anos; este último grupo apresentou a taxa de desemprego mais alta, 28,8%; e 42,4% da população desempregada têm habilitações académicas do ensino superior. Estes números demonstram a grave situação de emprego dos jovens.

É verdade que as dificuldades de emprego dos jovens são transversais a nível internacional, e o Governo lançou várias medidas de apoio, como estágios e subsídios à contratação de jovens à procura do primeiro emprego, mas há quem entenda que faltam medidas complementares, pois o apoio é insuficiente em termos da eficácia e duração, e consequentemente, os jovens só podem optar por empregos sem grandes potencialidades ou que não são da sua área de especialização. Esta situação não é benéfica para o desenvolvimento de novas forças produtivas de qualidade nem para a preparação dos quadros qualificados necessários à diversificação económica.

Assim, para otimizar as medidas complementares de apoio ao emprego dos jovens e consolidar a base da diversificação económica, apresento as seguintes sugestões:

#### 1. "Medidas convergentes" para aumentar as oportunidades de emprego dos jovens

Noutras regiões, o apoio ao emprego baseia-se, principalmente, na conjugação entre a formação e o emprego. Olhando para o exemplo do “*Youth Employment and Training Programme*” de Hong Kong, as medidas incidem sobre a formação, o emprego e o tempo de permanência dos formandos em funções, e também sobre os subsídios aos empregadores, de modo a apoiar de forma diferente e adequada os jovens a encontrarem emprego estável. Em Macau, pelo contrário, os planos são individuais, portanto, sugiro ao Governo que reveja as actuais medidas de apoio ao emprego, implemente, em articulação com outros planos destinados aos jovens e através da colaboração interserviços, planos de apoio integrados e desenvolva serviços de apoio ao emprego destinados aos jovens de curto, médio e longo prazo, para aumentar o “efeito sinérgico” entre as diversas políticas, ajudar os jovens a reforçarem a sua competitividade, e reduzir, ao mesmo tempo, os custos administrativos, contribuindo para o desenvolvimento dos jovens e evitando problemas.

#### 2. Melhorar e estender o plano de estágio em indústrias

A DSAL está a colaborar com as empresas de diversas regiões para proporcionar aos jovens oportunidades de estágio, formação e emprego em diferentes áreas industriais, mas o estágio, na maioria dos casos, tem uma duração inferior a três meses, em alguns casos é de apenas 8 semanas, portanto, este apoio nem sequer é evidente para os participantes

ficarem a conhecer bem a situação das indústrias e respectivas técnicas, para o seu currículo profissional e para o incentivo ao seu desenvolvimento na Grande Baía e na Zona de Cooperação Aprofundada. Nas regiões vizinhas, os planos deste tipo têm, geralmente, uma duração mínima superior a três meses. Em Taiwan, o “Plano de apoio ao emprego dos jovens” pode atingir nove meses, e Hong Kong oferece planos que até incluem formação em serviço com duração de 18 meses, e mais de 70 por cento dos jovens que concluíram esta formação foram contratados. Sugiro então às autoridades que pensem ajustar o actual plano de estágio, reforcem a cooperação e o apoio às empresas, e prolonguem a duração do plano de estágio para os jovens, beneficiando as empresas e os jovens.

### 3. Aumentar as opções geográficas de emprego para os jovens

Com o aprofundamento da cooperação e do desenvolvimento regional entre Guangdong, Hong Kong e Macau, a Grande Baía e a Zona de Cooperação Aprofundada podem transformar-se num novo palco para o desenvolvimento profissional. Além disso, o Plano de Desenvolvimento Geral da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin também apresenta indicadores concretos sobre a situação de emprego dos residentes de Macau naquela Zona, e o Governo deve pensar em lançar mais políticas para apoiar melhor a integração dos jovens de Macau no desenvolvimento nacional. Propõe-se, além das políticas de benefícios fiscais, o lançamento de um plano de subsídio ao emprego destinado ao desenvolvimento regional, para atribuir subsídios durante um ano aos jovens de Macau e às empresas que os recrutam, para aumentar a atractividade e a taxa de sucesso do emprego trans-regional, e acelerar a construção de um ambiente com qualidade de vida, adequado à habitação e ao trabalho.

## IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 21.11.2024

### **Implementar um subsídio para os serviços de procriação assistida e com isso contribuir para reforçar o apoio à procriação**

Nos últimos anos, o número de nascimentos em Macau tem vindo a diminuir, e a sociedade tem vindo a discutir sobre as formas de incentivo à procriação e apresentado diferentes opiniões, incluindo a procriação medicamente assistida. Os casais inférteis que pretendem utilizar os serviços de procriação assistida têm, obviamente, uma vontade clara e relativamente mais alta em procriar, comparativamente com os outros residentes que não têm este problema, pois eles “têm coragem e querem ter filhos, só que não os conseguem ter”. A fertilização *in vitro* (FIV) é cara e, para ter sucesso, normalmente, é necessário fazer várias tentativas. No passado, as instituições médicas públicas de Macau não tinham esta forma de tratamento e, desde 2015, também se deixou de transferir os casais para o exterior para tratamento, por isso estes casais inférteis enfrentam grande pressão psicológica, física e financeira durante todo o processo de tratamento.

De facto, algumas províncias do Interior da China já inseriram a procriação medicamente assistida no seguro de saúde e, recentemente, o Conselho de Estado propôs o “reforço dos serviços de apoio à procriação, e os governos locais devem incluir no seguro de saúde os serviços de parto sem dor e de procriação medicamente assistida. Mais, em Hong Kong, desde o ano fiscal de 2024/25, os contribuintes que recorrem aos serviços de procriação assistida têm, no máximo, 100 mil dólares de Hong Kong por ano deduzidos do imposto, nas despesas deste tipo de serviços; mais, será aumentado, de forma gradual, o número de vagas para os serviços de procriação assistida através da técnica de FIV. Todas estas medidas reflectem a importância dos serviços de apoio à procriação assistida para o incentivo à procriação.

É de reconhecer que o Governo da RAEM dá grande importância à promoção do desenvolvimento das técnicas de procriação medicamente assistida em Macau e à sua relevância para o desenvolvimento da família. Há dias, durante o balanço dos trabalhos do Governo relativos ao ano financeiro de 2024, o Chefe do Executivo referiu, na Assembleia Legislativa, o lançamento do “Programa subsidiado para a procriação medicamente assistida” (adiante designado por Programa), que se destina a prestar gratuitamente serviços limitados de procriação medicamente assistida aos residentes e a iniciar a avaliação dos casos e a programação subsequente no final de 2024. O *Peking Union Medical College Hospital* estará em condições de prestar serviços no segundo trimestre de 2025. Com o apoio financeiro do “Programa” e as vantagens do referido Hospital em termos de técnicas terapêuticas, vão ser assegurados os direitos reprodutivos dos casais com problemas de fertilidade de Macau, respondendo, sem dúvida, às suas expectativas de longa data, e os mesmos também vão prestar muita atenção à concretização posterior do plano e às informações detalhadas sobre o pedido.

Pelo exposto, sugiro o seguinte:

1. Divulgar, de forma ordenada, informações detalhadas sobre os planos e serviços. Os Serviços de Saúde e o Hospital Macau Union devem divulgar, quanto antes, informações detalhadas sobre o “Programa de Subsídios”, incluindo o processo de candidatura, os itens de serviços, o número de tratamentos, os destinatários aplicáveis e a faixa etária, etc., para facilitar aos casais com necessidade de serviços uma melhor avaliação da sua própria situação e uma melhor organização do tempo de utilização dos mesmos.

2. Desenvolver a cooperação entre os sectores público e privado e as instituições médicas sem fins lucrativos. Actualmente, já existe em Macau um centro de procriação medicamente assistida, criado por um complexo hospitalar sem fins lucrativos, que presta os serviços relacionados. Propõe-se que o “Programa de Subsídios” possa ser integrado noutras instituições de saúde, pois, por um lado, contribuirá para aumentar a escolha dos serviços de tratamento para casais inférteis e encurtar o tempo de espera e, por outro, promoverá a cooperação trilateral na área da saúde, complementando-se com o desenvolvimento das técnicas relacionadas.

3. Reforçar a introdução de técnicas e a formação profissional para melhorar a protecção da saúde materno-infantil. Com o reforço da cooperação entre o Hospital Macau Union e os sectores público, privado e sem fins lucrativos, vai-se promover o intercâmbio de técnicas de procriação medicamente assistida, introduzir modalidades mais avançadas de rastreio de saúde materno-infantil e reforçar a formação de pessoal médico das áreas ginecológica, obstétrica e pediátrica, para elevar, de forma geral, a protecção da saúde materno-infantil de Macau.

2024-11-21 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

**“Pedido de actualização salarial de três pontos da tabela indiciária passando dos actuais 94 para 97 pontos da tabela dos vencimentos dos trabalhadores da AP no ano de 2025”**

No dia 19 do corrente mês, o Senhor Chefe do Executivo apresentou neste hemiciclo o balanço dos cinco anos de acção governativa. No final agradeceu todos os trabalhadores da Administração Pública.

Não é preciso recorrer a dados estatísticos para fazer um balanço muito positivo do contributo prestado pela maioria dos trabalhadores da função pública nestes últimos cinco anos de árduo trabalho sendo três deles de pandemia.

Nestes cinco anos, destacamos o elevado contributo prestado pelo pessoal da linha de frente das forças de segurança (FSM) e o pessoal civil de numerosos serviços públicos que nos três anos de pandemia foram solicitados para executar todo o tipo de tarefas, reflectindo-se no aumento brutal de horas de trabalho extraordinárias, muitas delas (horas extraordinárias) pagas com anos de atraso e muito devido à nossa insistência junto de algumas tutelas e após várias minhas denúncias neste hemiciclo.

Muitos trabalhadores foram obrigados a estar de “alerta” com os telemóveis particulares durante 24 horas por dia, nos fins de semana e feriados e impedidos de sair da RAEM, devido às exigências de trabalhos específicos, pagando 47 patacas por cada sábado, domingo ou feriado em que esteja neste regime de disponibilidade permanente.

Alguns serviços públicos continuam a explorar os seus trabalhadores com este regime de disponibilidade prejudicando as suas horas de descanso e de sono, e no final, só valem 47 patacas por dia. Estes trabalhadores não atrevem recusar estas tarefas ou denunciar estes casos com medo de represálias.

No período de pandemia, muitos trabalharam nas zonas “vermelhas” e “amarelas” e sujeitos ao distanciamento social obrigatório e “forçados” a alugar quartos dos hotéis por conta própria para não infectar os seus familiares ou os colegas do trabalho. Estes trabalhadores da AP não puderam conviver normalmente com os seus familiares, destacando-se os médicos, enfermeiros, profissionais de saúde hospitalar, assistentes sociais e demais pessoal da linha de frente das forças de segurança e pessoal civil.

E mais podia ser dito, sendo de referir que a pandemia deixou marcas profundas nas suas famílias e principalmente nos pais, avós idosos e filhos menores com vestígios permanentes na saúde física e psicológica.

Vale referir que a grande maioria dos trabalhadores da administração pública, principalmente os trabalhadores da linha frente estão desapontados, tristes e desmoralizados com a contínua e gradual perda do poder de compra devido ao aumento dos principais bens essenciais. Outro descontentamento tem a ver com o atraso nas

reformas das carreiras gerais e especiais, destacando-se entre outras, as carreiras os distribuidores dos correios, os fiscais do IH e do IAM, o pessoal marítimo, ou seja, são trabalhadores que auferem índices salariais extremamente baixos. Estes trabalhadores acumulam um acréscimo de trabalho dos colegas aposentados ou desligados de serviço e que não foram substituídos com novas contratações. Vale frisar que as tarefas são cada vez mais complexas, mais exigentes e de maior responsabilidade.

Verificamos, que nestes últimos cinco anos, houve uma baixa taxa de execução do Programa Político de 2019 designado por “Sinergias e Avanço, Mudanças e Inovação” principalmente quanto à Elevação do Nível e Qualidade de Governação Pública bem como a Responsabilização dos Governantes.

Criam-se serviços públicos ou nomeiam as pessoas para cargos de direcção e de chefia ao seu “gosto”, uma espécie de “Job for Boys and Girls” em que se escolhem a “dedo” certas pessoas da sua preferência passando por cima da meritocracia e experiência profissional de trabalhadores mais competentes.

Assim, sugerimos ao novo Chefe do Executivo, o seguinte:

1. Que em 2025, seja actualizado em três pontos da tabela indiciária dos vencimentos dos trabalhadores da função pública, passando dos actuais 94 para 97 pontos tendo em conta a contínua perda do poder de compra da maioria dos trabalhadores da função pública.

2. Seja implementada com máxima urgência, a reforma das carreiras gerais e especiais dos trabalhadores da função pública, especialmente as carreiras com índices extremamente baixos e desadequados ao volume, complexidade e responsabilidades das tarefas a que são obrigados a executar.

3. Seja implementada uma governação mais transparente e reforçada a responsabilização dos governantes.

## **IAOD do Deputado Che Sai Wang em 21.11.2024**

### **Como aumentar a importância do Metro Ligeiro no transporte terrestre de Macau**

O sistema de Metro Ligeiro, sendo uma parte importante da rede de transporte, visa otimizar a situação do trânsito e as condições de deslocação, e proporcionar aos cidadãos uma escolha conveniente e eficiente. Mas, durante os cinco anos do seu funcionamento, registaram-se frequentes avarias, o que leva a que os cidadãos não usufruam permanentemente dos serviços do Metro Ligeiro, e impede que este produza os devidos efeitos. Recentemente, houve duas avarias devido à má recepção de sinais, entre outros problemas técnicos, o que resultou na suspensão do funcionamento de quase toda a linha e no surgimento de filas de passageiros em várias estações, o que provocou grande insatisfação entre estes. Se o problema das avarias do Metro Ligeiro não for resolvido de forma eficaz, isso não só afectará a facilidade de deslocação dos residentes e turistas, mas também a confiança dos cidadãos nas obras públicas e nas despesas do erário público, a credibilidade do Governo e até a reputação de Macau enquanto cidade turística a nível internacional.

O Metro Ligeiro de Macau já tem vários anos de experiência de operação, mas, devido à ocorrência frequente de acidentes e incidentes, e às deficiências das respectivas instalações complementares (por exemplo, meios de pagamento electrónico, correspondência de autocarros, etc.), o número de passageiros não consegue atingir as expectativas, nem o metro consegue aliviar a pressão dos transportes rodoviários. Segundo o relatório do Comissariado de Auditoria, desde a entrada em funcionamento da Linha da Taipa, houve 18 avarias de cabos eléctricos em menos de dois anos, provocando frequentemente atrasos na frequência. Em seguida, devido à substituição dos cabos eléctricos da linha toda, o serviço foi suspenso por mais de 5 meses. O mesmo relatório revelou também que os cabos eléctricos originais do metro eram irregulares, mas o consultor do projecto e o Gabinete para o Desenvolvimento de Infra-estruturas (GDI) ainda os aceitaram. Isto demonstra a falta de rigor e a irresponsabilidade por parte do Governo. Mais, em projectos semelhantes do Interior da China e dos países do Sudeste Asiático, o preço médio por quilómetro (incluindo as carruagens) foi de apenas 300 milhões de patacas, em comparação, o orçamento total do segmento da Taipa, com 9,3 quilómetros, atingiu 11 mil milhões de patacas. Ou seja, cada quilómetro custou, em média, cerca de 1,18 mil milhões de patacas, um preço que pode ser considerado como um “recorde internacional”.

A ocorrência ocasional de avarias no Metro Ligeiro é compreensível; mas os elevados custos de construção e os contínuos custos com o funcionamento e a manutenção não criaram mais uma forma de deslocação facilitada para os residentes, pelo contrário, criaram uma obra de baixa qualidade alvo de suspensão e manutenção repetidas. O Governo reflectiu sobre a etapa em que surgiram falhas? A substituição, em menos de dois anos, de todos os cabos eléctricos deveu-se à má qualidade técnica da construção ou à falta de actualização dos materiais de construção? Ou deveu-se ao desfasamento entre as técnicas para o funcionamento diário e a manutenção e as técnicas de construção? Todas essas especulações devem-se à qualidade do Metro Ligeiro, que está à vista de todos.

Assim, as autoridades devem rever e otimizar os mecanismos de segurança do sistema de Metro Ligeiro e criar mecanismos claros e transparentes de fiscalização, responsabilização e até de indemnização, para evitar que casos semelhantes se voltem a repetir; devem efectuar uma avaliação proactiva e divulgar, atempadamente, as causas concretas dos incidentes, com vista a esclarecer o público e a dissipar as suas preocupações; reforçar a fiscalização em todas as etapas, e preparar bem e com antecedência os planos de operação, de contingência e de destacamento de pessoal após a ocorrência de incidentes imprevistos, com vista a reduzir os impactos para os residentes e visitantes.

## **IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 21.11.2024**

### **Promover ainda mais o papel de Macau na abertura do País ao exterior, com base na “diversificação” e objectivo de “turismo”**

Com o carinho do Governo Central, a liderança do Governo da RAEM e o forte apoio de todos os sectores, a recuperação da indústria turística após a pandemia tem vindo a acelerar e a contribuir para a promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia. No processo de desenvolvimento turístico, Macau tem desempenhado activamente o seu papel de ligação entre o interior e o exterior.

No futuro, Macau vai esforçar-se por elevar a sua competitividade global e o nível do desenvolvimento económico e social e, assim, apoiar ainda mais a abertura do País ao exterior, com base na “diversificação” e objectivo de “turismo”.

1. Tendo em conta o desenvolvimento global, a diversificação adequada da economia, “pergunta de resposta obrigatória”, deve ser bem-feita. Neste momento, as perspectivas de desenvolvimento são boas, contudo há que reforçar a integração entre a indústria, a academia e a investigação, e criar, nas instituições do ensino superior da Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin, mais disciplinas correspondentes às quatro principais indústrias, para formar talentos nessas áreas. Aliás, há que introduzir talentos de alta qualidade corresponde à procura real de talentos para o desenvolvimento. Nas áreas cultural, turística e de convenções e exposições, Macau e Hengqin deve ser reforçada ainda mais a cooperação em termos de “uma viagem, vários destinos”, “um evento em dois lugares” e “uma exposição em dois lugares”. Há que elevar a fama internacional através da cooperação entre Macau e Hengqin, e aumentar a participação em mais projectos de qualidade do interior e do exterior da China, para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

2. O turismo é uma indústria do sol, nunca fica obsoleta nem é extinta. A indústria do turismo tem vantagens basilares, assim, há que desenvolver a integração intersectorial do “Turismo +”, especialmente o “Turismo + Convenções e Exposições”, o “Turismo + Cultura e Desporto” e o “Turismo + Grande Saúde”, etc., juntamente com o lançamento contínuo de produtos turísticos ricos e de qualidade. Há que reforçar o equilíbrio entre a teoria e a prática na construção de uma indústria turística de alta qualidade, promover a prática através da teoria e melhorar a teoria através da prática, para acelerar a construção de Macau como um Centro mundial de turismo e lazer.

3. Há que aproveitar as vantagens de Macau enquanto Plataforma entre a China e os Países de Língua Portuguesa e dos pontos fulcrais de “Uma Faixa, Uma Rota” que desempenham a função de ligação e conferem habilidade e a força para que Macau contribua para o desenvolvimento do País na abertura ao exterior.

## IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 21.11.2024

### Optimização do “desporto para todos” para uma Macau Saudável

O Grande Prémio de Macau, com 71 anos, acabou com sucesso, e a Maratona Internacional de Macau, com 43 anos, está prestes a ser realizada. Os 12 mil lugares foram preenchidos em apenas algumas horas, o que comprova a ampla adesão à corrida.

A corrida de longa distância tornou-se uma tendência mundial nos últimos anos, sendo comum os corredores aproveitarem a participação em competições no estrangeiro para viajar. Se Macau tomar como referência a experiência do exterior, fizer escolhas ousadas na organização da competição e na escolha do percurso da corrida, estudar cuidadosamente as provas, ultrapassar dificuldades práticas, injectar mais ideias novas e procurar novos avanços, para que os corredores estrangeiros possam ter uma nova experiência em Macau, o “desporto + turismo” pode ser reproduzido em Macau com sucesso.

Em comparação com outros desportos, a corrida é, sem dúvida, o desporto com o limiar mais baixo, o mais barato e o mais fácil de promover. Experiências médicas provam que o exercício promove a secreção de hormonas da felicidade e reduz a ansiedade e a depressão. Em conformidade com o plano para criar uma “Macau saudável”, divulgado pelo Governo da RAEM, gostaria de apresentar três sugestões no âmbito do “desporto para todos”:

#### 1. Melhorar os percursos pedestres e as instalações recreativas e desportivas públicas.

Em 2022, a área de recintos desportivos *per capita* em Macau era de 1,53 metros quadrados, um aumento de 0,19 metros quadrados em relação a 2017. Até ao final de 2023, a área *per capita* dos recintos desportivos no Interior da China era de 2,89 metros quadrados, superior à de Macau. Atendendo ao ritmo do desenvolvimento social, proponho que sejam construídas em Macau mais instalações recreativas desportivas e melhoradas as existentes, tais como pavilhões, parques e ginásios que proporcionem ao público mais espaço e opções para fazer exercício. Em especial, a concepção e a ligação de mais percursos pedestres e cicláveis podem contribuir para incentivar os residentes a praticar actividades ao ar livre.

#### 2. Criar desporto para pais e filhos e promover a saúde psicológica

Há dias, uma associação organizou uma corrida de “*fitness* para todos”, na categoria de pais e filhos, para comemorar o retorno de Macau à Pátria e promover os laços familiares, o que foi bem acolhido. Isto demonstra que a sociedade necessita de actividades desportivas para a família, assim, apoiamos o rumo do desenvolvimento baseado na família. As palestras sobre desporto e saúde psicológica e o aconselhamento, individualizado, sobre a prática desportiva sensibilizam os residentes para a importância do amor próprio, contribuindo para a concretização do projecto de “Macau saudável”.

#### 3. Incentivar a cooperação social

Os Jogos Nacionais serão realizados no próximo ano, com o objectivo de incentivar os residentes a prestarem atenção aos diversos eventos e actividades desportivos, a desenvolverem o espírito de anfitrião, a participarem como voluntários e realizarem bem os respectivos trabalhos, para reforçar a coesão social e o prazer do desporto, e para mais residentes ganharem o hábito de praticar desporto.

Segundo o Presidente Xi Jinping, “a prática de exercício físico por toda a população é a base e a garantia para o reforço da condição física e da vida saudável de toda a população”. Na “Decisão” da 3.<sup>a</sup> Sessão Plenária do 20.º Comité Central do Partido Comunista da China, foi proposta a “implementação da estratégia de desenvolvimento prioritário da saúde”, o que demonstra que o exercício físico e a vida saudável de toda a população são indissociáveis. Decorridos 25 anos após o retorno de Macau à Pátria, com a liderança do Governo e o apoio de todos os sectores, regista-se um grande desenvolvimento tanto do desporto profissional como do desporto em geral. É essencial que o desporto para todos seja optimizado, para que, através da prática desportiva, possamos construir uma sociedade saudável e feliz.

## IAOD da Deputada Song Pek Kei em 21.11.2024

### **Clarificar o posicionamento do desenvolvimento e as funções das PME, em prol da criação de um bom ambiente de negócios**

As PME são, desde sempre, os principais operadores no mercado local, contribuindo para o desenvolvimento estável da economia, mas, sob o impacto da epidemia e da conjuntura mundial complexa, enfrentam desafios de exploração sem precedentes. Segundo muitos lojistas, nestes últimos dez anos, não há história numa situação tão difícil como a actual. O Governo dá grande importância ao desenvolvimento das PME e, desde a epidemia, tem lançado diversas medidas de apoio consoante as mudanças do mercado, incluindo o cartão de consumo, o grande prémio de consumo e os empréstimos sem juros, conseguindo, num curto espaço de tempo, estabilizar o desenvolvimento das PME. Em seguida, o Governo empenhou-se em desenvolver a economia e recorreu à “Cidade do espectáculo” e à “Cidade de desporto” para abrilhantar o cartão de Macau enquanto metrópole internacional, conseguindo uma rápida recuperação da economia e do turismo e o desenvolvimento contínuo e estável da sociedade.

Contudo, é necessário estar ciente de que, mesmo durante a recuperação, o desequilíbrio no desenvolvimento de Macau continua, portanto, o risco de instabilidade social não está completamente eliminado. Quanto ao desenvolvimento das PME, verifica-se que a capacidade de resistência destas empresas ao risco não consegue acompanhar o desenvolvimento social, por exemplo, o sector da venda a retalho beneficiou de políticas vantajosas durante a epidemia, mas registou uma queda drástica nas vendas, devido às mudanças rápidas do ambiente pós-epidemia, que resultaram em falta de capital em algumas empresas. Isto constitui outro problema que desperta a atenção da sociedade, nesta fase em que a conjuntura local está estável, portanto, receia-se que tal possa desencadear um efeito dominó, afectando ainda mais a confiança no desenvolvimento social. Sob a nova conjuntura, o Governo deve definir um plano global para o desenvolvimento das PME e lançar medidas para resolver as suas dificuldades de desenvolvimento, para consolidar o desenvolvimento económico e estabilizar o desenvolvimento social.

Assim sendo, sugiro o seguinte:

1. O desenvolvimento das PME é a artéria de qualquer sociedade e economia e muitos países elaboraram leis específicas para a sua promoção eficaz, a fim de melhor planear e orientar o desenvolvimento das PME a partir de um nível superior. O Governo deve tomar como referência as experiências do exterior e, na nova fase de transformação económica de Macau, criar a “Lei de Bases para o Desenvolvimento das Pequenas e Médias Empresas de Macau”, para clarificar a sua posição estratégica e o seu papel na nossa economia, proporcionar, nos termos da lei, fundamentos e garantias para o seu desenvolvimento, e criar um bom ambiente de negócios para a sua reconversão.

2. O consumo por turistas é a principal força do mercado de Macau, mas, concentra-se nas empresas de turismo e lazer, e muitas PME não têm negócios. Perante a concorrência desleal decorrente da distribuição desequilibrada de recursos, as PME enfrentam muitas

dificuldades. O Governo deve então rever o equilíbrio de recursos entre as empresas de turismo e lazer e as PME, deve, especialmente, lançar políticas específicas no âmbito dos recursos humanos e das rendas, que são a maior pressão para as PME, e criar um centro de serviços para estas empresas, para prestar todo o apoio à sua reconversão e valorização, reforçando assim as suas vantagens competitivas.

3. A fraqueza do consumo é um factor importante que vai afectar o desenvolvimento económico dos próximos tempos. O Governo tem lançado medidas para aumentar a confiança no consumo, mas o consumo incentivado é limitado e concentra-se principalmente na restauração e em algum do comércio a retalho. Então, com base nas políticas e medidas lançadas, há que investir mais na promoção do mercado de consumo, por exemplo, estudar medidas como o cartão de consumo, a circulação dos veículos de Guangdong em Macau, o subsídio para renovação de instalações e equipamentos de grande dimensão e o plano de subsídio para substituição de electrodomésticos antigos por novos, para aumentar o poder de consumo e estabilizar o desenvolvimento social.